

KANT SEMÂNTICO: INTERPRETAÇÕES DE LOPARIC E HANNA

AGOSTINHO DE FREITAS MEIRELLES

Universidade Federal do Pará

meireles@unicamp.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar e comparar as interpretações que Zeljko Loparic (2000) e Robert Hanna (2001) realizam da primeira *Crítica* de Kant. Ambos adotam o mesmo ponto de vista na medida em que concebem essa obra como sendo essencialmente um tratado de *semântica filosófica*, porém inserem a semântica de Kant em contextos filosóficos gerais parcialmente diferentes.

Palavras-chave: Criticismo. Filosofia analítica. Kant. Loparic. Hanna. Semântica.

Abstract: The present article aims to present and to compare the interpretations produced by Zeljko Loparic (2000) and Robert Hanna (2001) of Kant's first *Critics*. Both of them embrace the same point of view to the extent that they conceive this work as being essentially a treatise of *philosophical semantic*. However, they consider this Kantian semantics within partially different general philosophical contexts.

Key-Words: Criticism. Analytic philosophy. Kant. Loparic. Hanna. Semantics.

1. INTRODUÇÃO

O propósito do presente estudo é apresentar e comparar as interpretações que Zeljko Loparic (2000)¹ e Robert Hanna (2001) efetuaram da primeira *Crítica* (1781-7) de Kant, mostrando que ambos os autores encaram essa obra como um tratado de “semântica filosófica”, teoria que, segundo eles, constitui o núcleo da *filosofia transcendental* kantiana. Em duas seções abordarei os pontos fundamentais da *semântica transcendental* de Kant, explicitada por Loparic, e da *semântica geral cognitiva* de Kant, tal como é apresentada por Hanna. Na terceira parte, realizarei as comparações. Embora os dois autores concordem em dizer que a *Crítica da razão pura* pode ser considerada como um tratado sobre a referência, o sentido e a verdade de representações (conceitos ou juízos), não existe completa coincidência nem nos objetivos perseguidos nem nos resultados obtidos por cada um deles. O objetivo principal de Loparic é interpretar a lógica transcendental “como uma semântica *a priori* a serviço de uma teoria da resolução de problemas (heurística)” (2000, p. xv). Já Hanna tem outro propósito: usar a semântica kantiana para avaliar os fundamentos históricos da tradição analítica que vai de Frege a Quine (2001, p. 1).

¹ O livro de Zeljko Loparic: *A semântica transcendental de Kant* (2000, 3ª edição, 2005) é parte de sua tese de doutorado intitulada *Scientific Problem-Solving in Kant and Mach*, defendida em setembro de 1982, no Instituto Superior de Filosofia em Louvain-la-Neuve, sob a orientação de Jean Ladrière (cf. Loparic 2000, p. xiii). O livro de Robert Hanna: *Kant and the Foundations of Analytic Philosophy*, editado um ano depois do de Loparic, é resultado de pesquisas iniciadas no início da década de noventa (cf. Hanna 2001, p. vii).

2. A SEMÂNTICA TRANSCENDENTAL DE KANT SEGUNDO LOPARIC

A primeira *Crítica* pode ser avaliada, segundo Loparic, como uma obra que repensa os fundamentos da metafísica a partir da análise do alcance e limite do poder da razão pura para a “*solução de problemas*” necessários impostos pela sua própria natureza (2000, cf. Capítulo 1, Seção 2). A razão humana tem uma inevitável tendência para buscar conhecimentos sobre o supra-sensível. Essa “inevitável tendência”, é atribuída por Kant à necessidade da razão humana em obter respostas a perguntas que “não podem ser respondidas por nenhum uso da razão na experiência nem por nenhum princípio daí tomados emprestados” (CRP, B 21) ². Tal tendência, apesar de não poder ser abolida, deve, contudo, ser disciplinada. A tarefa da crítica, ou como afirma Kant da filosofia pura, antes que produzir conhecimentos, visa impedir os erros provocados pelo emprego inadequado dos conceitos racionais para além dos limites da experiência, caracterizando-se, assim, seu papel disciplinador e, conseqüentemente, sua utilidade negativa, utilidade que impossibilita as aventuras da razão no âmbito supra-sensível (CRP, B 739).

A impossibilidade de os juízos metafísicos sobre o supra-sensível serem considerados objetivamente reais deve-se ao fato de eles tratarem de objetos que ultrapassam os limites da experiência. Esse rompimento da metafísica com a experiência é um erro semântico que dá origem aos problemas insolúveis que acabam com as pretensões de cientificidade dessa disciplina. Segundo Kant, os juízos sintéticos *a priori* referidos ao âmbito do supra-sensível devem ser completamente abandonados, porque suscitam problemas que não têm resposta determinável. Um exemplo desse tipo de erro é a *anfibiaologia*, que constitui em tomar objetos da experiência como se fossem correlatos de *idéias* da razão, a idéia sendo “um conceito necessário da razão ao qual não pode ser dado nos sentidos nenhum objeto congruente” (CRP, B 383).³

Convicto de que a primeira *Crítica* encerra uma teoria da solubilidade dos problemas necessários da razão pura, Loparic faz ver, a partir do texto kantiano, que a razão teórica um dispositivo gerador de perguntas cuja *validade* ou *nulidade* deve poder ser determinada *a priori* ⁴. Kant, segundo o intérprete, pôde então enunciar a *tese da decidibilidade* ao afirmar que

² Abrevio o título *Crítica da razão pura*, segunda edição (CRP, B).

³ Para os problemas gerados pela anfibiaologia não há solução possível, esta impossibilidade leva Kant a afirmar: “deveis cuidar somente de ser coerentes convosco mesmos, evitando a anfibiaologia que transforma a vossa idéia numa pretensa representação de um objeto dado empiricamente e, portanto, cognoscível também segundo leis da experiência. Logo, a solução dogmática, se não é incerta, é pelo menos impossível. A solução crítica, contudo, que pode ser inteiramente certa, não considera a questão segundo o ponto de vista da objetividade mas, segundo o fundamento do conhecimento, sobre o qual a questão está baseada” (CRP, B 512).

⁴ Loparic afirma a respeito da solubilidade dos problemas necessários da razão, problemas, que por terem origem na própria razão, precisam ser resolvidos, “quer positivamente, quer negativamente”, o que para o autor significa ter a certeza de que para uma questão proposta por nossa razão, é possível determinar, *a priori*, a solução, ou a impossibilidade de solução da mesma. Desse modo, a primeira *Crítica*, concebida como *teoria da solubilidade dos problemas*, segundo Loparic, apresenta a razão teórica enquanto “um dispositivo para responder a perguntas prescritas pela sua

tem de ser possível alcançar uma certeza quanto ao saber ou ao não-saber dos objetos, isto é, ou decidir sobre os objetos de suas perguntas ou sobre a capacidade ou a incapacidade repousa da razão julgar algo a respeito deles, portanto ou ampliar com confiança a nossa razão pura ou impor-lhe limites determinados e seguros. (CRP, B 22)

Negada solução positiva aos problemas suscitados pela metafísica tradicional, Kant confere outro destino à metafísica: “as suas proposições são meramente princípios de exposição dos fenômenos, devendo o soberbo nome de ontologia [...] ceder o modesto nome de uma simples analítica do entendimento” (CRP, B 303). Na obra *Welches sind die wirklichen Fortschritte die die Metaphysik seit Leibnizens und Wolffs Zeiten in Deutschland gemacht hat?* (Progressos da metafísica, 1804), onde utiliza a designação ontologia para a *filosofia transcendental*, o filósofo alemão afirma: “a ontologia é a ciência (enquanto parte da metafísica) que constitui um sistema de todos os conceitos e princípios, mas só na medida em que se referem a objetos que podem ser dados aos sentidos e, portanto, justificados pela experiência” (Kant, [1804], A 11).

O sistema da filosofia pura é dividido em *crítica* e *metafísica*; esta, por sua vez, em *metafísica da natureza* e *metafísica dos costumes* (cf. CRP, B 869). A primeira, enquanto sistema dos princípios *a priori* da natureza física propicia, afirma Loparic, a elaboração de um *programa para a pesquisa científica*:

A metafísica tradicional tem de ser *eliminada* do verdadeiro sistema do conhecimento filosófico. Seu lugar é ocupado, a partir de agora, pela *metafísica geral kantiana da natureza* (fisiologia ou ontologia geral). Essa *nova* disciplina não se ocupa das coisas em si mesmas nem dos aparecimentos tomados como coisas em si mesmas. Seus princípios tratam exclusivamente dos aparecimentos possíveis, isto é, propriedades e princípios construtivos de séries indefinidas de aparecimentos. [...] Os princípios subjetivos para a determinação completa das relações empíricas são, em primeiro lugar e basicamente, meios para especificar *a priori* estrutura de problemas que podem ser formulados com respeito à unidade dos aparecimentos e, conseqüentemente, para prover um quadro geral para a pesquisa empírica e teórica. (2000, p. 31)

Loparic se pergunta se a decisão sobre a verdade ou a falsidade de uma proposição, ou seja, a prova de sua indecidibilidade, é considerada por Kant no sentido platônico ou no sentido construtivista. Com certa reticência, prefere optar pelo segundo. Afirma o autor:

constituição interna”. Assim sendo, diz o intérprete que “a tese principal de Kant sobre esse tipo de subjetividade é a seguinte: dada qualquer questão prescrita pela natureza de nossa razão, podemos ou respondê-la, ou provar que não há solução possível. Neste último caso pode-se dizer também que a questão é “inválida” ou “sem sentido” (2000, p.14). O seguinte trecho, extraído do texto kantiano, valida tal afirmação: “todas as perguntas que a razão pura nos apresenta têm sua origem não na experiência, mas exclusivamente na própria razão e, em virtude disso, têm que poder ser resolvidos e determinados quanto à sua validade ou nulidade. Não temos o direito de ignorar essas tarefas, como se a solução dependesse da natureza das coisas, e como se pudéssemos, portanto, alegando a nossa incapacidade, recusar-nos a levar a cabo a sua investigação ulterior; pois, dado que a razão é a única responsável pela geração dessas idéias, ela tem a obrigação de prestar contas quanto à sua validade ou à sua ilusão dialética” (CRP, B 791).

A segunda alternativa é mais plausível, tendo em vista a oposição geral entre idealismo platônico e intuicionismo kantiano, e a evidência adicional que pode ser obtida a partir dos procedimentos de decisão kantianos. Em todo caso, é preciso reconhecer que Kant não possuía um conceito preciso de efetividade ou de procedimento de decisão. (p. 15)

A preferência pelo construtivismo é justificada pela tese que na lógica transcendental Kant elabora uma semântica *a priori* dos conceitos e proposições do entendimento puro utilizando-se de um método que assegure a construção *a priori* a esses conceitos e proposições⁵, e gerando, portanto, as condições que as tornem possíveis. Esse método de construção, em Kant, apresenta-se de modo análogo ao empregado pelos geômetras gregos na solução de problemas. Afirma o intérprete:

Os problemas de prova solúveis e as proposições que os enunciam podem, então, ser chamados “decidíveis” [*entscheidbar*], como Kant mesmo o faz freqüentemente (B 452). E os problemas de determinação solúveis, bem como as proposições que os articulam, podem ser chamados de “construtíveis”, termo usado por Kant (B 746). (Loparic 2000, p. 25)

Admitida a existência de proposições sintéticas consistentes, a análise propriamente dita visa descobrir as condições que as tornam possíveis. No primeiro passo, são identificadas as operações geradoras das formas lógicas e intuitivas das mencionadas proposições. Diz Loparic: “O caráter *a priori* (aprioridade) das operações de formação dos juízos e das operações da imaginação pura é um resultado típico dessa fase” (p. 52). A chamada *dedução metafísica e exposição metafísica* dos conceitos puros do entendimento, tal como a exposição metafísica do espaço e do tempo na estética transcendental, visa “apresentar um conceito enquanto dado *a priori*” (cf. CRP, B 38). As categorias obtidas a partir das formas dos juízos constituem, juntamente com as formas puras da sensibilidade, o resultado a que a análise chega. A segunda fase do método envolve a *dedução transcendental*, que tem por tarefa mostrar *como* as condições *a priori* dos juízos, as categorias se aplicam necessariamente a objetos possíveis. No texto kantiano é feita a seguinte afirmação:

na *dedução metafísica* foi posta em evidência a origem das categorias *a priori* em geral mediante o seu pleno acordo com as funções lógicas universais do pensamento, mas a *dedução transcendental* apresenta a sua possibilidade como conhecimento *a priori* de objetos de uma intuição em geral. (CRP, B 159)

Uma proposição é dita possível se se referir a objetos possíveis, que, enquanto tais, podem ser apresentados na intuição pura ou empírica. Essa exigência expressa a necessidade de harmonia entre as formas discursivas do entendimento com as formas intuitivas da sensibilidade. A determi-

⁵ A semântica kantiana é do tipo construtivista. O conceito de construção da matemática, sem dúvida marcou o pensamento de Kant (cf. Loparic 2000, p. 46).

nação *a priori* de conceitos e juízos ao domínio de aplicabilidade de objetos possíveis (experiência possível) torna a lógica transcendental uma semântica *a priori*, acréscimo sem o qual a lógica geral é absolutamente estéril e enganosa (lógica da ilusão)⁶ no que se refere ao conhecimento de objetos. Somente a partir de princípios lógicos não é possível o conhecimento objetivo, deve ser, portanto, acrescentado à forma lógica o conteúdo sensível que o entendimento não cria, porém determina *a priori*. Aqui convém citar Kant de novo:

ninguém pode apenas com a Lógica ousar julgar sobre objetos e afirmar algo sem ter colhido antes, fora da Lógica, uma fundada informação sobre os objetos para tentar em seguida simplesmente a sua utilização e conexão num todo coerente segundo leis lógicas, ou melhor ainda, apenas para examiná-los segundo essas leis. Não obstante, na posse de uma arte tão enganosa, que consiste em dar a todos os nossos conhecimentos a forma do entendimento mesmo no tocante ao seu conteúdo se esteja ainda muito vazio e pobre, reside algo tão tentador que aquela lógica geral, que é apenas um *cânone* para avaliação, foi utilizada como uma espécie de *organon* para a produção efetiva pelo menos de aparência de afirmações objetivas; por conseguinte foi de fato mal utilizada. Ora, a lógica geral, como pretendo *organon*, denomina-se *Dialética*. (CRP, B 85)

Essa observação kantiana constitui um importante aval para que Loparic possa formular a condição lógica e as condições semânticas à luz das quais proposições sintéticas *possíveis* devem ser avaliadas. A primeira, condição formal, dada unicamente pelo princípio de não-contradição, exige que toda proposição com pretensões de expressar um conhecimento esteja de acordo com as leis do pensamento; as condições semânticas exigem, primeiramente, “que todos os conceitos não-lógicos que ocorrem numa proposição sintética tenham referência e significados objetivos” e, em segundo lugar, a fim de “garantir que esses juízos sejam possíveis, é necessário dar interpretação objetiva ou sensível de sua forma lógica” (2000, pp. 21-23).

A condição para solubilidade de problemas concernentes a objetos requer, afirma Loparic, que esses objetos sejam *dáveis* (construtíveis ou exibíveis)⁷ na intuição sensível pura ou empírica:

Enfatizo que a possibilidade de um objeto é assegurada por *dois* tipos de condições: conceituais ou discursivas e esquemáticas. Isso é afirmado explicitamente no *postulado metodológico da possibilidade*. Esse postulado afirma que um objeto é possível se e somente se ele satisfaz as condições de ser construtível, sintetizável ou exibível na intuição pura ou empírica, e de se deixar expor em conceitos construídos de acordo com os do entendimento puro, ou seja, as categorias. (p. 22)

Na primeira *Crítica*, a existência do domínio de aplicabilidade, como exigência fundamental, não seria inovadora não fosse o fato de este domínio ser determinado *a priori* pelo enten-

⁶ De acordo com Kant, a lógica geral produz a “ilusão dialética” ao desconhecer a condição mediante a qual o conhecimento puro deve ter seu uso, diz filósofo: “o uso deste conhecimento puro repousa, [...], na seguinte condição: de que na intuição nos sejam dados objetos aos quais ele possa ser aplicado. Na ausência de intuição, todo nosso conhecimento carece de objetos, e então permanece inteiramente vazio” (CRP, B 87).

⁷ Loparic cria o neologismo *dável* “para designar a possibilidade de ser dado” (2000, p. 17n).

to. As categorias, conceitos empregados em juízos *a priori* do entendimento, “referem-se necessariamente e *a priori* aos objetos da experiência, porque só mediante elas pode ser pensado um objeto qualquer da experiência” (CRP, B 126). Destituídas de conteúdo sensível, não esquematizadas, as categorias conservam sentido apenas lógico, porém não se referem a nenhum objeto possível. O ato de ligar algo de natureza inteiramente intelectual com a intuição, algo inteiramente sensível, realiza-se por intermédio da imaginação (*Einbildungskraft*) – “o esquema é em si mesmo sempre um produto da capacidade de imaginação” (CRP, B 179) –. O procedimento esquemático constitui-se como método para *construção de imagens (Bilder)*⁸. As diversas formas de síntese do múltiplo da intuição só se mostram como determinações objetivas se existir um elemento que seja homogêneo tanto ao conceito como ao dado intuído, o fenômeno, diz Kant: “ora, é claro que precisa haver um terceiro termo que seja homogêneo, de um lado, com as categorias e, de outro, com o fenômeno, tornando possível a aplicação da primeira ao último” (CRP., B 177). O termo mencionado chama-se *esquema transcendental*. Não haveria experiência propriamente falando sem o procedimento esquemático que a antecipa, pois esse procedimento fornece a regra de construção para o dado sensível reproduzido na imaginação. Essa regra é aplicada graças ao tempo, forma pura da intuição. A esse respeito escreve o filósofo:

uma determinação transcendental do tempo é homogênea à *categoria* (que constitui a unidade de tal determinação) na medida em que é *universal* e repousa numa regra *a priori*. Por outro lado, a determinação do tempo é homogênea ao *fenômeno*, na medida em que o tempo está contido em toda representação empírica do múltiplo. Logo, será possível uma aplicação da categoria a fenômenos mediante a determinação transcendental do tempo que, como o esquema dos conceitos do entendimento, medeia a subsunção dos fenômenos à primeira. (B 177-178)

Interpretadas⁹ sensivelmente, as categorias têm referência objetiva. Kant resume a sua posição dizendo: “somente *nostra* intuição sensível e empírica pode proporcionar-lhes sentido e significado” (CRP, B 149).

A partir desse núcleo da lógica transcendental, Loparic pôde fortalecer sua interpretação da primeira Crítica. A doutrina do esquematismo revela, juntamente com os princípios do entendimento,¹⁰ os procedimentos semânticos que lhe permitem dizer:

⁸ O esquema para Kant não pode ser confundido com a imagem, uma vez que um conceito só possui sua imagem na medida em que sua apresentação (*Darstellung*) na intuição sensível é efetivada, isto é, quando é esquematizado, por esta razão, o filósofo denomina o esquema “de um procedimento universal da capacidade de imaginação, o de proporcionar a um conceito sua imagem” (CRP, B 178-9).

⁹ Loparic traduz, por vezes, o vocábulo alemão *Anwendung* por “interpretação” quando se refere à “aplicação” das categorias ao domínio da sensibilidade.

Vê-se prontamente que ambas as partes da analítica transcendental, tomadas em conjunto, constituem uma teoria semântica do sistema das formas lógicas que se originam no entendimento. Essa semântica transcendental, que interpreta “categorias” sobre os domínios das determinações temporais puras e das percepções empíricas, é também chamada por Kant “lógica da verdade” (B 87). Mais precisamente, ela é uma *teoria semântica a priori da satisfazibilidade* das formas lógicas produzidas pelo entendimento sobre os dois domínios mencionados. É apenas pelo fato de que estas formas (conceitos e formas proposicionais) expressam *a priori* as relações das percepções em toda experiência. (2000, p. 23)

O estudo da lógica transcendental como uma semântica *a priori* fornece elementos para a teoria kantiana da solução de problemas, tanto na matemática como nas ciências da natureza.¹¹ Na perspectiva de Loparic, a metafísica da natureza – primeira parte da filosofia transcendental (cf., pp. 3-4) – pode ser considerada como um programa *a priori* de pesquisa científica que envolve *problemas objetivos*, relativos aos objetos empíricos e matemáticos, e *problemas sistêmicos*. Os problemas empíricos podem ser resolvidos no domínio da experiência possível, regido pelos princípios do entendimento interpretados como um quadro *a priori* da pesquisa empírica na medida em que esses princípios “antecipam a natureza”¹²; os problemas matemáticos no domínio da intuição pura.¹³ Já no caso de problemas sistêmicos, trata-se de encontrar conceitos da razão úteis para a organização de leis empíricas em sistemas.¹⁴ A *prescrição lógica* da busca do incondicionado visando conduzir à completude o conhecimento condicionado do entendimento, não possui nenhuma validade objetiva,¹⁵ devendo ser entendida apenas como fio condutor para produzir *ficções heurís-*

¹⁰ O esquematismo transcendental passa a ser considerado pelo autor “como parte central de uma semântica transcendental de categorias e formas proposicionais” (cf. Loparic 2000, p. 205).

¹¹ A solução de problemas nessas disciplinas é exequível em virtude de as respostas serem primeiro “apreendidas dos próprios objetos possíveis e, segundo, que existem condições *a priori* de possibilidade dos objetos considerados, consistindo, no caso da matemática, em condições que governam construções matemáticas e geométricas e no caso das ciências naturais, em princípios da experiência possível” (Loparic 2000, p. 19).

¹² A antecipação da natureza reside no fato de as categorias, conforme diz Kant, serem “por parte do entendimento, os fundamentos de possibilidade de toda a experiência em geral” (CRP, B 167), por esse motivo, é correto dizer que elas, enquanto conceitos *a priori*, antecipam o conhecimento científico da natureza. Essa antecipação é explicada do seguinte modo por Loparic: “No sentido amplo, qualquer regra (princípio) de unidade da experiência que use conceitos do entendimento é uma antecipação. [...] As regras *a priori* do entendimento para a aplicação das categorias, à medida que são antecipações, contribuem, se não como uma definição de natureza, ao menos como um sistema de estipulações *a priori* sobre ela, que amplia essencialmente o conhecimento que dela temos. Conseqüentemente, essas regras constituem um quadro *a priori* para a *pesquisa* científica” (2000, p.253).

¹³ O matemático, sobretudo o geômetra, ao tentar solucionar um problema, deve sempre recorrer a métodos intuitivos, pois, para Kant, a solução de uma questão matemática só é decidível, se o objeto for construível na intuição pura (Cf. Loparic 2000, p. 260).

¹⁴ A necessidade de conferir máxima unidade à multiplicidade de leis e princípios do entendimento constitui o princípio da razão, que não se refere aos objetos da experiência, sendo “simplesmente uma lei subjetiva de economia com respeito às provisões do entendimento” (Cf. CRP, B 362). Possuindo função meramente lógica, Kant pode então afirmar: “vê-se bem que o princípio peculiar da razão em geral (no uso lógico) é: encontrar para o conhecimento condicionado do entendimento o incondicionado, pelo qual é completada a unidade de tal conhecimento” (CRP, B 364).

¹⁵ Em virtude de a razão não prescrever leis à natureza, o seu princípio não poder se aplicado à experiência, Kant esclarece: “Não existe nenhuma proposição de tal espécie objetivamente válida, mas uma prescrição de aproximar-se, no elevar-se a condições sempre mais altas, à completude destas e deste modo trazer ao nosso conhecimento a mais alta unidade da razão possível a nós; se – digo eu – esta necessidade da razão foi por equívoco considerada um princípio transcendental da razão pura, princípio este que apressadamente postula uma tal completude ilimitada da série das condições nos objetos mesmos” (CRP, B 365)

ticas necessárias à constituição de sistemas. Tanto na matemática como nas ciências naturais¹⁶ há uma série de conceitos que são meras idéias, sem realidade objetiva, mas que, ainda assim, são exigidas para a resolução de problemas insolúveis no domínio dos problemas objetuais. A física newtoniana – para usar um exemplo clássico – utiliza-se da idéia de *força de atração* como elemento fundamental sistematizador da mecânica celeste. Porém, mesmo que essas idéias não possam receber uma interpretação sensível mediante um procedimento de esquematização direta, como ocorre com os conceitos e princípios do entendimento, existe o procedimento de esquematismo analógico, o qual não fornece às idéias uma validade objetiva, mas que permite distinguí-las da mera fantasia. Sendo assim, pode-se dizer que há também uma semântica das idéias da razão. Afirmo Loparic:

Esse *analogon*, ou modelo intuitivo do objeto de uma idéia, é dado por meio de uma interpretação chamada de *esquematismo analógico*, que procede “de acordo com a analogia” (1804, p. 204) [...] Existe ainda a interpretação analógica, amplamente usada em várias ciências naturais, por exemplo, na física matemática, onde objetos ideais tais como infinitesimais, espaço absoluto, tempo absoluto, forças fundamentais etc. recebem representação intuitiva analógica”. (2000, p. 280)

Ainda que a física newtoniana – modelo de conhecimento da natureza da época de Kant – tenha perdido sua eficácia para a solução de uma vasta gama de problemas suscitados pela ciência de nosso tempo, não se pode afirmar que o programa deixado por Kant para a pesquisa científica tenha se tornado de todo anacrônico, pois é visível o amplo emprego nas ciências atuais de *construtos* destituídos de conteúdo objetivo. Loparic conclui seu livro fazendo um comentário sobre a suposta superação da epistemologia kantiana:

Kant nunca tentou provar *a priori* qualquer proposição sobre as propriedades de forças fundamentais. Ele argumentou a favor da teoria dinâmica da matéria a partir de premissas exclusivamente metodológicas, mais precisamente heurísticas, em parte *a priori* e, em parte, extraídas de considerações sobre o estado da pesquisa científica de sua época. A sua posição final não é, portanto, *logicamente* incompatível com a possibilidade de admitir que *algumas* partes puramente teóricas ou ideais de seu referencial metafísico para a pesquisa científica possam vir a ser abandonadas, em consequência da descoberta de resultados novos, e substituídas por linhas de pesquisa alternativas e mais fecundas para a ciência da natureza. (Loparic 2000, p. 316)

Na presente seção limitei-me apenas a indicar alguns pontos da interpretação de Loparic, destacando, primeiramente, a tese da decidibilidade e, em segundo lugar, examinar a teoria kantiana-

¹⁶ Loparic se refere, por exemplo, ao problema magnitude do movimento como exigindo a idéia de espaço absoluto, assim como às questões relativas à expansão da matéria requerendo a idéia de infinitesimal. “Ambas as idéias são do tipo matemático, e pertencem à *matemática ideal*, totalmente distinta da matemática real euclidiana, fundamentada em construções absolutas. Questões sobre a resistência também requerem a introdução da idéia de força fundamental de resistência, que não é um conceito do entendimento, mas uma idéia matemática. Essa idéia, por sua vez, dá origem a novos princípios sobre a estrutura dinâmica do aparecimento, e assim por diante” (2000, p. 280).

na da solução de problemas, apresentada na sua lógica transcendental, cuja tarefa visa elucidar *a priori* as condições de possibilidade de proposições, isto é, as suas condições de verdade ou falsidade no domínio da experiência possível. Tomada neste sentido, a lógica transcendental pode ser justamente chamada de lógica da verdade, colocada a serviço de uma teoria da resolução de problemas (heurística). Em minha exposição, não pretendi realizar um comentário exaustivo do livro de Loparic, que em nove capítulos explora todo o potencial da interpretação semântica da primeira *Crítica*, somente procurei manter em foco a *idéia* que balizou sua pesquisa.

3. A SEMÂNTICA KANTIANA SEGUNDO HANNA

Para estudar a relação da primeira *Crítica* de Kant com a filosofia analítica, Hanna divide seu livro em duas partes, que, segundo ele, estão intimamente entrelaçadas. A primeira “é um estudo interpretativo da volumosa e seminal *Crítica da razão pura* de Kant” como uma semântica geral cognitiva; a segunda, “um ensaio crítico a respeito do fundamento histórico da filosofia analítica de Frege a Quine” (Hanna 2001, p. 1). No presente trabalho, tratarei apenas da primeira parte do livro de Hanna.

O objetivo confesso da primeira *Crítica* seria resolver a seguinte tarefa, que Hanna chama de “problema modal”: saber como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*? (*ibid.*). Kant se pergunta, comenta Hanna, “como o mesmo juízo pode ser, ao mesmo tempo, necessariamente verdadeiro, sendo referido de modo substantivo ao mundo real ou natural, e assim mesmo cognoscível por criaturas com mentes como as nossas e independentemente de toda experiência sensorial?” (*ibid.*). Segundo o intérprete, a filosofia transcendental de Kant resolve o problema modal elucidando o problema semântico:

O projeto transcendental não só tem que produzir uma solução ao problema modal, mas, até mesmo, deve conter solução à dificuldade fundamental expressa na crucial carta de Kant a Herz (1772). Esse projeto precisa resolver o problema modal por intermédio da solução do problema semântico (2001, p. 24).

Ao relacionar a pergunta de Kant, contida na carta a Herz, com a chamada “revolução copernicana”, que abre caminho para a solução do problema modal, Hanna fornece a seguinte explicação:

Desse modo, a revolução copernicana de Kant (1781-7) é, sobretudo, uma resposta à pergunta semântica fundamental levantada pelo filósofo em 1772: como representações mentais – mais especificamente, representações mentais *a priori* necessárias – podem se referir a seus objetos? A resposta é que representações mentais se referem a seus objetos porque “objetos têm que ser conformes a nossa cognição”; conseqüentemente, juízos *a priori* verdadeiros são verdadeiros independentemente de toda a experiência sensível porque expressam essas formas cognitivas às quais todos os objetos da cognição humana necessariamente se conformam. (2001, p. 22)

Isso posto, Hanna formula a sua tese central: na lógica transcendental, parte relativa à analítica dos conceitos e analítica dos princípios, Kant oferece elementos suficientes para que o seu idealismo transcendental possa ser considerado, a uma só vez, uma semântica cognitiva e uma teoria geral da verdade (cf. 2001, p.3). Se essa perspectiva for verdadeira, abrem-se as portas à análise dos fundamentos históricos da tradição analítica por ele pretendida. O comentário de Hanna a esse respeito é o seguinte:

Uma vez que isolamos o problema semântico e o problema modal como as principais dificuldades com as quais Kant se defronta na primeira *Crítica*, estamos em posição privilegiada para analisar os tópicos gêmeos deste livro. Se a *Crítica da razão pura* contiver a fundo uma semântica geral cognitiva e uma teoria geral da verdade necessária, a mim parece então que não podemos entendê-la corretamente sem empreender uma reavaliação crítica da recepção e destino dessas doutrinas na tradição da filosofia analítica até Quine. (*Ibid.*)

Hanna elabora a sua posição examinando *como*, segundo Kant, certas representações mentais (cognições) têm referência (*Beziehung*) *a priori* objetiva, ou seja, têm significado (*Bedeutung*) no domínio de objetos possíveis. Escreve o autor:

Posto desse modo, [...] afastado o aspecto puramente mental ou consciente de uma cognição, pode-se, então, perceber claramente que a pergunta kantiana fundamental efetivamente corresponde à questão: como são possíveis *significações*? No léxico filosófico, “significações” em nada diferem dos objetos, conteúdos representacionais considerados conjuntamente com seus elementos lógicos ou formais. Isso implica imediatamente que a pergunta kantiana fundamental pertence ao domínio da semântica filosófica. (2001, p. 3)

Sem esquemas as categorias não possuem significação, são conceitos vazios, e desse modo, não se referem aos objetos de nossa intuição.¹⁷ Hanna assinala que a semântica dos conceitos puros do entendimento tem sua origem na dedução transcendental, que demonstra como esses conceitos se referem *a priori* aos objetos intuíveis, em relação aos quais, portanto, nossos juízos de experiência possuem validade objetiva por tratarem de objetos da experiência possível. Cito o comentário de Hanna:

De acordo com a dedução B, as categorias, que governam todos os juízos e conceitos dotados de significação, têm validade somente para os membros de um restrito domínio especial de objetos, os objetos da experiência possível: “Visto que a experiência é conhecimento mediante percepções conectadas, as categorias são condições de possibilidade da experiência, e, portanto, valem *a priori* para todos os objetos da experiência” (CRP, B 161). Essa restrição necessária das categorias a possíveis ou atuais objetos da experiência, fornece-nos, como veremos, o fundamento essencial da concepção kantiana da significação. (p. 84)

¹⁷ A condição fundamental para o uso legítimo de um conceito reside no fato de seu objeto ter que ser dado na intuição, essa condição é explicada por Kant da seguinte maneira: “O uso de um conceito requer ainda uma função da capacidade de julgar, pela qual um objeto é sob ela subsumido, por conseguinte, a condição pelo menos formal sob a qual algo pode ser dado na intuição. Se falta esta condição da capacidade de julgar (esquema), então fica suprimida toda a subsumção, pois nada que não possa ser subsumido sob o conceito é dado. Logo, o uso meramente transcendental das categorias não é na realidade uso algum e não possui um objeto determinado e nem mesmo determinável” (CRP, B 304)

A fim de analisar a íntima relação do idealismo transcendental com a semântica, Hanna elege como fio condutor a pergunta: “como são possíveis cognições?” (p. 67). Apresenta as duas condições de possibilidade. A primeira condição, de caráter formal, refere-se à “sintaxe lógica da mente”. A idéia de Kant “é que toda experiência objetiva tem uma forma lógica subjacente” (p. 70), a qual, como uma espécie de *gramática*, entendida como um conjunto de regras inatas necessárias de um língua, governa nossa compreensão do mundo.¹⁸ Kant apresenta a tábua dos conceitos puros do entendimento como contendo essas regras que estão no fundamento de nossas operações judicativas: “O entendimento não pode fazer uso desses conceitos se não julgar através deles” (CRP, B 93). A segunda condição refere-se aos requisitos materiais considerados especialmente relevantes à aplicabilidade empírica de uma representação, aplicabilidade elucidada pela validade objetiva (*objektive Gültigkeit*) e realidade objetiva (*objektive Realität*) de tal representação. Na lógica transcendental, um conceito *a priori* tem validade objetiva se e somente se tiver referência ou for aplicável a objetos possíveis; ele tem realidade objetiva, se for aplicado a objetos atuais, efetivamente existentes. Do mesmo modo, juízos cujos conteúdos representacionais são objetos da experiência têm sentido e significação objetiva (cf. Hanna 2001, p. 84). O autor cita vários trechos da primeira Crítica ilustrativos da semântica kantiana, dentre os quais, escolho o mais representativo, no qual Kant explicita:

Se um conhecimento deve ter realidade objetiva, isto é, referir-se a um objeto e ter significação e sentido nele, então o objeto tem que poder ser dado de algum modo. Sem isso, os conceitos são vazios; na verdade, pensou-se através deles, mas sem ter de fato conhecido algo através desse pensamento, mas apenas jogado com representações. Dar um objeto – se por sua vez isto não deve ser entendido apenas mediamente, mas significa apresentar imediatamente na intuição – não é outra coisa senão referir sua representação à experiência (seja real ou possível). (CRP, B 194)

A referência *a priori* aos objetos dados na intuição não seria compreensível se Kant não tivesse elaborado a doutrina da sensibilidade *a priori*. Na estética transcendental, o espaço e o tempo, formas puras da sensibilidade, são apresentados como condições de toda intuição possível, formas que constituem as únicas condições segundo as quais fenômenos podem ser dados sensivelmente – “a mera forma dos fenômenos, a única coisa que a sensibilidade pode fornecer *a priori*” (CRP, B 36). Com efeito, a coisa-em-si (*Ding an sich*) não é *acessível* ao modo humano de intuir, por essa razão, as categorias puras do entendimento a ela não se aplicam porque o uso dos conceitos puros do entendimento fora do domínio da experiência é impossível: os “conceitos va-

¹⁸ O intérprete diz haver uma certa familiaridade entre as concepções de Wittgenstein e Carnap da *Estrutura lógica do mundo* com a visão de Kant. Seu comentário a respeito dessa similaridade é o seguinte: “Para Kant, da mesma maneira que para Wittgenstein do *Tractatus* e Carnap, a “lógica abarca o mundo” porque a linguagem o abarca” (2001, p. 71).

zios não podem ser por nós aplicados a objetos noumenais [...], neste sentido eles são *impossíveis*, isto é, de *uso impossível*” (Hanna 2001, p. 29).

Hanna elabora sua interpretação seguindo um esquema bastante conhecido dos leitores da *Crítica razão pura*, ligado diretamente à discussão em torno da validade e realidade objetivas das representações cognitivas. Os juízos sintéticos *a priori* examinados segundo condições formais lógicas e materiais são possíveis, dotadas de validade e realidade objetiva, em virtude da semântica cognitiva de Kant cujo fundamento é fornecido pela lógica transcendental. Quanto à primeira parte da lógica transcendental, analítica transcendental, Hanna faz breves comentários a respeito da dedução metafísica e transcendental dos conceitos puros do entendimento, a qual representaria o núcleo explicativo para que se possa entender *como* as categorias são aplicáveis *a priori* (dedução transcendental) somente aos objetos da experiência (cf. p. 29), aplicação assegurada por meio dos esquemas transcendentais da imaginação. Quanto à analítica dos princípios, afirma que esta analítica “explica como verdades sintéticas *a priori* são possíveis na metafísica e nas ciências da natureza, em razão da dependência cognitivo-semântica aos conceitos puros do entendimento, conjuntamente às formas puras da intuição e o esquematismo transcendental” (p.30).

4. RESPOSTA DE HANNA AO SUPOSTO PSICOLOGISMO DE KANT

Ao mesmo tempo em que apresenta sua concepção relativa à semântica kantiana, Hanna empenha-se em demonstrar que as críticas dirigidas pelos filósofos analíticos, notadamente Moore, Frege e Russell, a teoria kantiana do juízo, não são convincentes. Para esses filósofos, a lógica de Kant, por estar assentada em bases psicologistas, contribuiu muito pouco para o avanço da filosofia moderna. Segundo eles, conceitos e juízos deveriam ser compreendidos isoladamente dos chamados estados mentais do sujeito que julga, os quais não servem aos interesses da lógica.

A tentativa de não considerar conceitos e juízos como fatos mentais conduziu os filósofos analíticos, guardadas as devidas diferenças entre eles, a pensá-los sobretudo do ponto de vista linguístico e não a partir dos processos efetuados por nossa mente. Sob esta ótica, existe uma ruptura com a tradição filosófica moderna, na qual Kant está incluído. Trata-se de uma verdadeira investida contra a noção de subjetividade, que serve de ponto de apoio a todo discurso filosófico moderno. Como sabemos, o papel da apercepção transcendental na doutrina kantiana do juízo é fundamental, uma vez que sem ela a capacidade de julgar ficaria sem sustentação. Para Kant, a unidade sintética da apercepção é o princípio supremo de todo o uso do entendimento, assim sendo, “a unidade da consciência é aquilo que permite a referência das representações a um objeto, por conse-

guinte a sua validade objetiva e, portanto, que se tornem conhecimentos, e sobre o que enfim repousa a própria possibilidade do entendimento” (CRP, B 138).

Moore, em seu ensaio “The Nature of Judgement”, considera a tese da unidade analítica da consciência, fundamento de juízos subjetivos, como suficiente para que se possa caracterizar a presença de psicologismo na lógica de Kant. Ao relacionar a proposição: “A rosa é vermelha” à unidade analítica da consciência de um determinado sujeito, o filósofo não faz mais do que expressar uma conexão subjetiva entre conceitos. Frege, antes de Moore, pensou poder constatar os mesmos defeitos da concepção lógica de Kant, os quais decorreriam do subjetivismo. De acordo com Frege, as proposições da aritmética são redutíveis ao formalismo lógico por ele proposto, sendo possível dar-lhes o sentido e o significado sem recorrer à psicologia e, muito menos, às formas puras da sensibilidade, diferentemente do que fizera Kant ao basear a objetividade dos juízos da aritmética em esquemas sensíveis. O conteúdo objetivo do conceito de número não deriva nem da abstração ou da atribuição de propriedades a *objetos*. Sendo puramente lógicas, as proposições aritméticas não se referem diretamente a objetos. Frege as deduz sem necessitar de nenhum outro recurso que aqueles que a lógica oferece, a dedução dependendo da tradução em termos formais dos componentes proposicionais cujos significados precisam de clarificação.

Hanna tenta mostrar que o criticismo de Kant expressa, contudo, a mesma preocupação presente na tradição analítica. De fato, ao solapar as bases da metafísica tradicional, Kant circunscreve o raio de ação da razão, que por si própria, pode determinar a legitimidade e a ilegitimidade de seus conhecimentos, tese que revolucionou a maneira de pensar os problemas filosóficos e conferiu um novo sentido à metafísica (cf. pp. 3-4). A lógica transcendental, designada por Kant como a lógica da verdade, por tratar da referência *a priori* de certas representações a objetos, constitui elemento fundamental para execução dessa tarefa.¹⁹

Ao tentar reabilitar o pensamento kantiano frente à tradição analítica a partir da primeira *Crítica*, Hanna apresenta Kant antes de tudo como um precursor da filosofia analítica, vertente filosófica que constantemente quer livra-se dele. Os argumentos que o apontam como um filósofo enredado nas teias do psicologismo e, conseqüentemente, como formulador de uma teoria do juízo

¹⁹ A referência *a priori* de representações, ao domínio de objetos atuais e, também, possíveis, constitui o traço fundamental da lógica transcendental, a esse respeito escreve Kant: “Numa lógica transcendental, isolamos o entendimento (como acima, na estética transcendental, a sensibilidade) e destacamos do nosso conhecimento apenas a parte do pensamento que tem sua origem unicamente no entendimento. O uso deste conhecimento puro repousa, porém, na seguinte condição: de que na intuição nos sejam dados objetos aos quais ele possa ser aplicado. Na ausência de intuição, todo o nosso conhecimento carece de objetos e então permanece inteiramente vazio. A parte da lógica transcendental, portanto, que expõe os elementos do conhecimento puro do entendimento e os princípios sem os quais um objeto de maneira alguma pode ser pensado, é a analítica transcendental, e ao mesmo tempo uma lógica da verdade. Com efeito, nenhum conhecimento pode contradizê-la sem que ao mesmo tempo perca seu conteúdo, isto é, toda a referência a qualquer objeto, por conseguinte toda a verdade” (CRP, B 88).

falha, em virtude de assentar a lógica na subjetividade transcendental, não são aceitáveis, uma vez que a unidade sintética da apercepção não pode ser considerada como um sujeito psicológico, pois Kant a identifica com o próprio entendimento (CRP, B 33). A apercepção, afirma o filósofo, “não pode ser considerada pertencente à sensibilidade. Chamo-a *apercepção pura* para distingui-la da empírica, ou ainda *apercepção originária* por ser aquela autoconsciência que ao produzir a representação *eu penso* que tem que *poder acompanhar* todas as demais e é uma e idêntica em toda consciência, não pode jamais ser acompanhada por nenhuma outra” (CRP, B 132).

Como bem mostra Hanna, a apercepção possui exclusivamente função cognitiva (cf. 2001, pp. 75-6). Não se trata, portanto, de uma unidade substancial equiparável à *coisa pensante* cartesiana. Ela é necessariamente pressuposta pelo ato de julgar. Kant não cede espaço nem à psicologia racional, muito menos à psicologia empírica. Quando comenta a relação objetivamente válida entre conceitos em um juízo, não a fundamenta no estado do sujeito, pois o juízo ganha validade objetiva sendo feita distinção entre a “unidade objetiva de representações dadas da unidade subjetiva”, a qual através da palavra “é” se realiza, explicita Kant: o filósofo:

Com efeito, tal palavrinha designa a referência dessas representações à apercepção originária e a sua unidade necessária, embora o próprio juízo seja empírico e por conseguinte contingente, por exemplo os corpos são pesados. Com isso não quero, na verdade, dizer que na intuição empírica tais representações pertençam *necessariamente umas às outras*, mas que na síntese das intuições pertencem umas às outras *em virtude da unidade necessária* da apercepção, isto é, segundo princípios da determinação objetiva de todas as representações, na medida em que disso possa resultar um conhecimento, princípios todos derivados da proposição fundamental da unidade transcendental da apercepção. Somente através disso resulta de tal relação *um juízo*, isto é, uma relação *objetivamente válida* e se distingue suficientemente da relação destas mesmas representações na qual há validade meramente subjetiva, por exemplo, segundo leis da associação. Segundo as últimas, eu só poderia dizer: quando carrego um corpo, sinto uma pressão de peso; não porém: ele, o corpo, *é* pesado. A última expressão significa precisamente que ambas essas representações estão ligadas no objeto, isto é, sem distinção de estado do sujeito, e não apenas juntas na apercepção (por mais que também possa ser repetida). (CRP, B 142)

Não há como negar a natureza mentalista destas representações. Entretanto, Kant não visa assegurar um pensar com validade objetiva, analisável pela lógica transcendental, em bases psicologistas. Na primeira *Crítica*, existem afirmações que evidenciam claramente seu antipsicologismo. Atento a esse problema, Kant afirma:

A tentativa de alguns modernos de a ampliarem, interpolando capítulos seja *psicológicos* sobre as diversas capacidades de conhecimento (a imaginação, o sentido de humor), seja *metafísicos* [...], seja *antropológicos* [...], provém da sua ignorância peculiar desta ciência [...]. O limite da Lógica, porém, acha-se determinado bem precisamente por ser uma ciência que expõe detalhadamente e prova rigorosamente nada mais que as regras formais de todo pensamento (seja *a priori* ou empírico, tenha a origem ou o objeto que quiser, encontre em nossa mente obstáculos acidentais ou naturais). (CRP, B VII-IX)

Na *Lógica Jäsche* teses análogas são defendidas por Kant, as quais podem ser ilustradas pelo seguinte trecho escrito:

É verdade que alguns lógicos pressupõem na Lógica princípios *psicológicos*. Mas introduzir semelhantes princípios na Lógica é tão disparatado quanto derivar da vida a moral. Se tomássemos os princípios à Psicologia, quer dizer, à observação sobre o nosso entendimento, veríamos tão-somente *como* o pensamento transcorre e como ele *é* sob diversos obstáculos e condições subjetivas; isso levaria, por conseguinte, ao conhecimento de leis *contingentes*. Na Lógica, porém, não se trata de leis *contingentes*, mas de leis necessárias; não da maneira como pensamos, mas, sim, como devemos pensar. (1800, Ak. 14)

Hanna acredita serem estas afirmações suficientes para afirmar que “Kant é na realidade o inventor do antipsicologismo na lógica”. Declara, também, não poder seu mentalismo lógico ser reduzido a qualquer forma de psicologia empírica ou experimental. Por essa razão, a concepção fregeana da lógica pura quanto à normatividade, aprioricidade pura e generalidade não difere essencialmente da de Kant (2001, p. 76). Ao constatar haver, nesse ponto, similaridade entre ambos, o autor considera Kant pré-fregeano (cf. Hanna 2001, pp. 80-1). E se Frege lança as bases da filosofia analítica, a herança kantiana é transmitida a essa filosofia. Por isso, a filosofia kantiana não pode ser omitida quando se pretende estudar os fundamentos históricos da tradição analítica, que na verdade finca raízes no kantismo, mesmo em se esforçando por superá-lo.

Dificuldades surgem na tentativa de superação quando a forma lógica, versão idealizada da forma lingüística, é pensada a partir de uma sintaxe lógica da linguagem – tese defendida por Wittgenstein e Carnap sob influência do logicismo de Frege.²⁰ Essa concepção, ao abstrair a lógica do julgo do entendimento e da razão, visando resguardá-la do suposto psicologismo de Kant, cria um domínio de entidades não-mentais e não-físicas que constituem, segundo Hanna, um “terceiro reino”, distinto tanto do mental quanto da sensibilidade. O autor se pergunta, contudo, como é que “tais entidades [...] podem ser cognoscíveis por nós, se nosso modelo imediato de cognição é a percepção sensorial efetivada por meio da intuição empírica?” (p. 72). Como podem ter sentido para o sujeito humano, questiona Hanna, entidades que habitam esse reino? De Frege ao último Wittgenstein, esta questão permanece insuficientemente respondida. A analítica da linguagem, compreendida como a virada lingüística, ainda que tente desvencilhar-se do realismo metafísico em que redundara a redução da aritmética à lógica efetuada por Frege, realismo que também repercute no pensamento de Moore e Russell, não consegue abalar as estruturas da lógica transcendental, pois, de acordo com Hanna, visto que Kant não busca para ela fundamento psicológico, resta

²⁰ Hanna afirma que “a virada lingüística [*linguistic turn*] em filosofia analítica conduzida inicialmente pelo primeiro Wittgenstein, pelo Círculo de Viena, e finalmente pelos seguidores de Oxford do último Wittgenstein é uma consequência direta da crítica vigorosa de Frege-Husserl ao psicologismo” (2001, p. 72).

somente aos adeptos da virada lingüística aceitar, se negarem o realismo metafísico, que a “lógica é transcendental” (*ibid.*).

A relação lógica/matemática serviu, sem dúvida, de elemento desencadeador à maioria das críticas ao modo como Kant procedeu à análise proposicional. Mantendo-se preso à estrutura sujeito-predicado, ele ignorou a lógica relacional baseada no conceito de classe e quantificação múltipla. A revisão da matemática com a introdução de novos recursos lógicos permitiu a Frege afirmar a analiticidade das proposições da aritmética. Kant está, no entanto, muito longe de reduzir a matemática à lógica. Para ele tal redução é impossível, uma vez que as verdades das proposições matemáticas dependem das formas puras da sensibilidade, e, portanto são sintéticas, enquanto que as verdades da lógica geral pura são todas analíticas. Não haveria a possibilidade de o filósofo conceber uma lógica matemática ao estilo de Frege e Russell.

Apesar das objeções posteriores, a lógica transcendental, interpretada enquanto semântica cognitiva tem os seus méritos mantidos. Não tendo somente relação com as leis que governam o pensar, sua tarefa consiste em demonstrar como as formas lógicas dos juízos podem torná-los conhecimentos objetivamente válidos, não apenas por meio de sua sintaxe, mas sobretudo mediante sua referência *a priori*.²¹

Por fim, gostaria de fazer notar que, embora não discuta a acusação de psicologismo dirigida a Kant, Loparic concorda com Hanna em dizer que o caráter mentalista da análise do entendimento puro efetuada por Kant não anula a sua empreitada. Segundo o intérprete,

esse argumento prova menos do que parece. Isso porque existe obviamente um isomorfismo exato entre as conexões que ligam conceitos e as que ligam palavras quando usadas com fins cognitivos, isto é, para os conceitos (cf. *Antropologia*, § 39). Por isso, todos os resultados obtidos pela análise transcendental concernentes às propriedades formais ou sintáticas de conexões entre conceitos são traduzíveis em termos que descrevem conexões entre palavras (cf. *Prolegomenos*, § 39). O mesmo, sem dúvida, vale também para as propriedades semânticas dos conceitos e as das palavras. Tudo o que Kant diz sobre referência de conceitos pode ser aplicado, *mutantibus mutatis*, a palavras que os expressam. Isso é tanto verdade que Kant na sua semântica usa noções lingüísticas e noções mentalistas de modo intercambiáveis. (Loparic 1991, p. 28)²²

²¹ Diz Kant que “o mesmo entendimento, e isto através das mesmas ações pelas quais realizou em conceitos a forma lógica de um juízo mediante a unidade analítica, realiza também um conteúdo transcendental mediante a unidade do múltiplo na intuição em geral. Por esta razão, tais representações denominam-se conceitos puros do entendimento que se referem a priori a objetos, coisa que a lógica geral não pode efetuar” (CRP, 105).

²² Também em Loparic encontra-se a seguinte afirmação: “Para Kant, a gramática universal assenta na lógica, e não *vice-versa*. No essencial, não é a linguagem que cria ou condiciona o pensamento, é o pensamento conceitual que se expressa na linguagem. De resto, nem a lógica, nem a gramática, são um *organon*, isto é, um dispositivo mecânico para gerar verdades lógicas ou sentenças gramaticais, mas apenas um cânon para julgar a correção de construções” (2000, p. 210).

5. COMPARAÇÕES ENTRE AS DUAS RECONSTRUÇÕES DA SEMÂNTICA KANTIANA

Saudado pelo editor da Oxford University Press como apresentando “uma visão inovadora” (*a fresh view*) da relação entre a tradição analítica e a filosofia de Kant, o livro de Hanna não oferece, entretanto, significativa novidade para os estudiosos da relação no Brasil. Conforme foi mostrado na primeira seção do presente trabalho, o estudo das antecipações kantianas da filosofia analítica já foi iniciado por Loparic há pelo menos vinte anos. No final dos anos setenta, Loparic observara a necessidade de examinar a origem do combalido, ou mesmo morto positivismo lógico²³, vertente filosófica de inspiração analítica, tendo Carnap como seu mais brilhante representante. Centrando sua análise nesse filósofo, Loparic defende a tese de que o jovem Carnap, em *Der logische Aufbau der Welt* (1928), ao invés de empregar o ponto de vista axiomático, postura que “dominou o positivismo lógico desde meados dos anos trinta”, adota o ponto de vista heurístico na teoria da solução científica dos problemas, próximo do de Kant²⁴. Carnap afirmava a decidibilidade de qualquer pergunta científica bem formulada. Ou seja, a determinação da verdade ou falsidade de enunciado científico, deve ser, em princípio, possível mediante a construtibilidade dos conceitos que formam esse enunciado (cf. Loparic 2000, p. 4). Essa tese, constitutiva do chamado “teorema da solubilidade”, franqueou para Loparic o retorno a Kant, relata o autor:

Trabalhando a primeira *Crítica* de Kant, verifiquei que sua tese básica consistia no seguinte teorema: todas as questões impostas à nossa razão por sua natureza ou são insolúveis, ou é possível para nós oferecer-lhe uma resposta definida. Por conseguinte, no domínio da razão pura, nossa ignorância ou é demonstravelmente inevitável, ou deve ser atribuída à nossa preguiça. (*Ibid.*)

A análise pormenorizada do pensamento do primeiro Carnap em ligação com o de Mach, despertou em Loparic a convicção de que o princípio para a solubilidade dos problemas científicos, intrínseca à epistemologia carnapiana, que segue a de Mach,²⁵ estava diretamente condicionada à significação dos conceitos utilizados nos enunciados científicos. Mas Loparic não se limitou a mostrar as raízes históricas do positivismo lógico. Seu interesse não é tanto criticar a tentativa dos

²³ Para Loparic, do mesmo modo que para Hanna, o positivismo lógico tem raízes fincadas na filosofia de Kant (cf. 2000, pp. 1-2).

²⁴ A presença de “procedimentos de decisão”, necessários à solução de problemas, no pensamento do primeiro Carnap, sobre essa presença Loparic faz a seguinte afirmação: “O primeiro Carnap via a ciência não como uma imagem do mundo, mas como um sistema de conhecimento conceitual sem limites, querendo dizer com isso que não existia questão bem formulada cuja resposta por princípio fosse inatingível pela ciência (Carnap 1961[1928], 180). Em outras palavras, a convicção básica de Carnap era de que “a verdade ou a falsidade de qualquer enunciado formado por conceitos científicos pode, em princípio, ser estabelecida” (*ibid.*). Portanto, não me surpreendi com o fato de poder estabelecer que o famoso critério carnapiano de significância cognitiva na realidade equivalia a um conjunto de procedimentos de decisão para enunciados sobre o mundo dos fenômenos” (*ibid.*)

²⁵ Mach, segundo afirma Loparic, não pode ser visto como um reducionista metodológico, “apesar de defender o monismo, não o introduziu como uma tese filosófica positiva sobre a estrutura do mundo, mas como um princípio capaz de evitar que os cientistas levantassem questões insolúveis” (2000, p. 4).

filósofos analíticos de banir o kantismo das fundações históricas da filosofia analítica quanto demonstrar a vigência do pensamento kantiano na reflexão filosófica de nosso tempo, tomada no seu todo. Além disso, Loparic estende o problema da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* teóricos aos juízos sintéticos *a priori* em geral, aplicando “às críticas da razão prática e da faculdade do juízo o ponto de vista semântico utilizado por Kant na crítica da razão teórica, procurando explicitar uma semântica *a priori* dos juízos práticos, estéticos e teleológicos”.²⁶ Esta afirmação é acompanhada por uma outra, não menos importante, a de que Kant “amplia o seu conceito de filosofia transcendental e o alcance do seu projeto de crítica da razão”, sendo possível dizer “que não existe apenas uma e sim várias revoluções copernicanas, operadas sucessivamente” (2000, p. 49n).

O caminho que conduziu Hanna a Kant foi diferente do de Loparic. Essencialmente devedor da interpretação de Alberto Coffa, de 1991,²⁷ que o fortaleceu na convicção sobre a existência de uma *semântica filosófica* no pensamento de Kant,²⁸ Hanna dedicou-se ao exame da *recepção* da *Crítica da razão pura* por Frege, Carnap e Quine, entre outros, com o intuito de mostrar ser incorreto afirmar, como faziam esses filósofos ao recusarem a ascendência kantiana, que, devido às deficiências do instrumental lógico de que dispunha, Kant não foi capaz de oferecer uma *análise da linguagem* e que, por isso, ele teria permanecido prisioneiro da metafísica tradicional.²⁹ Refutando essa tese, Hanna sustenta que esses mesmos filósofos analíticos trabalham no âmbito das questões que motivaram a reflexão filosófica de Kant na primeira *Crítica*.³⁰ Embora algumas das críticas ao procedimento kantiano na análise dos problemas filosóficos sejam sustentáveis, cabe reconhecer

²⁶ Em artigos já publicados (Loparic 1998, 1999, 2001, 2003a e 2003b), o autor faz a tentativa de estender a semântica aos domínios de juízos sintéticos *a priori* morais, jurídicos, estéticos, teleológico-teóricos e históricos.

²⁷ Cf. *The Semantic Tradition from to Carnap. To the Viena Station*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

²⁸ No caso de Loparic, Coffa não foi um inspirador, mas antes um interlocutor que veio, dez anos mais tarde, em certo sentido confirmar a interpretação semântica da filosofia de Kant elaborada por Loparic, mas em um ponto se afastam. Após tomar conhecimento da obra de Coffa, no período em que preparava o seu texto para a publicação (1999-2000), Loparic questiona a maneira como esse autor concebe a semântica de Kant: “Mesmo um autor perspicaz como era Alberto Coffa, deixou de notar que, já em Kant, iniciava-se a *virada semântica*, característica de toda a filosofia contemporânea, cujo pressuposto fundamental diz que a semântica e não a metafísica, é a *prima philosophia*” (2000, p. xvii).

²⁹ Os membros do Círculo de Viena (Hans Hahn, Otto Neurath, Rudolf Carnap), defensores, da assim chamada *concepção científica do mundo*, no documento em que elaboraram os princípios norteadores do novo positivismo, revelaram firme propósito em excluir Kant das correntes históricas da ciência e da filosofia que os influenciaram. Nos seguintes termos expressam tal exclusão: “Mediante a análise lógica, supera-se não apenas a metafísica no sentido próprio e clássico da palavra, especialmente a metafísica escolástica e a dos sistemas do idealismo alemão, como também a metafísica oculta do *apriorismo* kantiano e moderno. A concepção científica do mundo não admite um conhecimento incondicionalmente válido a partir da razão pura” (1986 [1929], p. 1).

³⁰ Hanna expressa perplexidade diante da relutância dos filósofos analíticos em aceitarem a influência kantiana, a esse respeito escreve o autor: “O que me golpeou surpreendentemente como um tapa na face, do mesmo modo que agora, foi como as principais figuras da tradição analítica de 1880 em diante, passando pelos anos cinquenta e sessenta – Frege, Moore, Russel, o primeiro Wittgenstein; Carnap e o Círculo de Viena; o último Wittgenstein e os filósofos da linguagem ordinária e Quine – rejeitaram fortemente as principais doutrinas da primeira *Crítica* e no entanto assimilaram inconscientemente a maneira kantiana de formular as mesmas distinções e problemas com que estavam lidando” (Hanna 2001, p. vii).

que a filosofia analítica vicejou no solo que tentou, de algum modo, encobrir. Segundo Hanna, os analíticos não rompem a esfera do kantismo, e, portanto, não chegam a refutá-lo decisivamente.³¹

Note-se ainda que, assim como Loparic, Hanna também reconhece que semântica kantiana transcende os limites da primeira *Crítica*. Porém, em razão do propósito de seu livro, seu comentário a esse respeito é bem curto:

uma semântica geral cognitiva de estilo kantiano só pode ser compreendida corretamente no horizonte de uma teoria alargada da razão teórica e prática (CRP, A vii-xiii, A 795-831/B 823-59). Isso significa que os pontos centrais e obsessões da tradição analítica até Quine estão reunidos sob o mais sinótico e fundamental tópico filosófico de todos: qual a índole de nossa capacidade especificamente humana – isto é, sensível, encarnada – para a racionalidade teórica e moral? A Kant semelhante indagação é análoga à pergunta “o que é o ser humano”? (Ak. IX, p. 25), a qual envolve sob si a três interrogações enviesadas da filosofia tradicional: (1) que posso saber?, (2) que devo fazer?, (3) que me é permitido esperar? (CRP, A 805/B 833). (Hanna 2001, pp. 284-5)

Em resumo, há um acordo fundamental entre Loparic e Hanna quanto à tese de a primeira *Crítica* poder ser lida como um tratado de semântica *a priori* dos conceitos e de juízos também *a priori*.³² Contudo, eles perseguem objetivos distintos. Enquanto o segundo pretende *revisar* os fundamentos históricos da filosofia analítica, o primeiro visa dar um novo direcionamento à compreensão que até então se teve do projeto kantiano da crítica da razão pura, considerado no seu todo, sublinhando ainda a influência permanente de Kant sobre a discussão filosófica na nossa época. Mesmo assim, não deixa de ser surpreendente verificar, em filosofia, o encontro de dois autores trabalhando em países distantes e ambientes acadêmicos diferentes, porém muito próximos nas idéias. Será que isso prova que a filosofia seja mais que um mero conflito de interpretações?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HAHN, H., NEURATH, O. e CARNAP, R. “Wissenschaftlich Weltauffassung der Wiener Kreis”. Primeira edição. Viena: Otto Neurath, 1929. Tradução brasileira: “A concepção científica do Mundo”. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, n. 10, pp. 5-20, 1986.
- HANNA, R. *Kant and Foundations of Analytic Philosophy*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2001.
- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Segunda edição de 1787. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, W. Weischedel, 1968. Tradução brasileira da segunda edição: *Crítica da Razão Pura* (CRP, B). São Paulo: Abril, 1980.

³¹ A certeza de que o pensamento de Kant, da primeira *Crítica*, não sofreu grande abalo com as críticas dos filósofos analíticos, Hanna diz: “Isso me levou a pensar que embora as doutrinas de Kant tivessem sido oficialmente fustigadas, elas não haviam sido refutadas de modo profundo e decisivo. Por esta razão, pareceu-me que uma reconsideração da conexão entre a primeira *Crítica* de Kant e os fundamentos históricos da filosofia analítica de Frege a Quine poderia iluminar utilmente alguns tópicos centrais de interesse do pensamento contemporâneo” (*ibid.*).

³² A interpretação semântica do pensamento kantiano não é monopólio dos autores referidos no artigo, pois ela é adotada contemporaneamente, em menor ou em maior escala, por vários outros autores (cf. Loparic 2000, p. xxvii).

- . *Welches sind die wirklichen Fortschritte die die Metaphysik seit Leibnizens und Wolffs Zeiten in Deutschland gemacht hat?*. Editado por Rink, 1804. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft W. Weischedel, 1958. Tradução portuguesa: *Os Progressos da Metafísica*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LOPARIC, Z. “Kant e a filosofia analítica”. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, v. 2, n. 1, pp. 27-32, 1990.
- . “Sobre a interpretação de Rawls do fato da razão”. In: FELIPE, S. (org.). *Justiça como Equidade*. Fundamentação e interlocuções polêmicas (Kant, Rawls, Habermans). Florianópolis: Insular, pp. 73-85, 1998.
- . “O fato da razão – uma interpretação semântica”. *Analytica*, v. 4, n. 1, pp. 13-55, 1999.
- . *A Semântica Transcendental de Kant*. 3ª. edição, 2005. Campinas: CLE/Unicamp, 2000. (Coleção CLE, v. 29)
- . “Acerca da sintaxe e da semântica dos juízos estéticos”. *Studia Kantiana*, v. 3, pp. 49-90, 2001.
- . “As duas metafísicas de Kant”. *Kant e-Prints*, v. 2, n. 5, 2003ª.
- . “O problema fundamental da semântica jurídica de Kant”. In: Wrigley, M.B, Smith, P.J. (orgs.). *O Filósofo e sua História (uma homenagem a Oswaldo Porchat)*. Campinas: CLE/Unicamp, pp. 477-520, 2003b. (Coleção CLE, v. 35)